

Entrevista com a professora Helena Costa Lopes de Freitas (UNICAMP)

Helena Costa Lopes de Freitas¹

Osmar Hélio Alves Araújo²

Emerson Augusto de Medeiros³

Resumo

Nesta entrevista especial para este dossiê apresentamos uma leitura crítica sobre os desafios, tensões e paradoxos que perpassam os cursos de licenciatura e a formação para a docência na Educação Básica. Por isso, face aos desafios que já enfrentamos, estamos, e, ainda, iremos continuar a enfrentar, nessa entrevista problematizamos os diferentes desafios, movimentos, discursos e práticas que buscam, de reiteradas formas, apequenar os cursos de licenciatura, ou, quem sabe, até inviabilizar, uma formação nesses cursos para a docência na Educação Básica e, fundamentalmente, crítica e comprometida com a transformação social e política. Enfatizamos ainda que temos acompanhado, muitas vezes, uma baixa procura dos estudantes pelos cursos de licenciatura e, por consequência, certa desvalorização desses cursos pela sociedade, de modo geral. Assim como o aligeiramento da formação para a docência, a concentração, muitas vezes, dessa formação sob a tutela de instituições que, nem sempre, estão do lado da qualidade da formação docente. E, ainda, estamos vivenciando disputas em torno da definição de uma Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica. É comum, também, percebermos as condições desfavoráveis a que são submetidos milhares de estudantes das licenciaturas, no tocante às condições para permanência e êxito no processo de profissionalização docente.

Palavras-chave: Formação Docente. Licenciaturas. Docência. Educação Básica.

¹ Professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Campus IV - Litoral Norte. Coordenador do Grupo de Pesquisa: LACONEX@O/UFPB - Laboratório de práticas, estudos e pesquisas em formação de professores - Universidade e Escolas de Educação Básica (<http://www.ccae.ufpb.br/laconexao>).

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PONSESINO/UERN/UFERSA/IFRN). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente (UFERSA), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Laboratório de práticas, estudos e pesquisas em formação de professores - Universidade e Escolas de Educação Básica (LACONEX@O/UFPB).

Profa. Helena, considerando o contexto no qual estamos inseridos, sobretudo no Brasil, precisamos muito escutá-la, dentre outros temas, sobre os nossos cursos de licenciatura como contexto de formação para a docência na Educação Básica. Nosso breve diálogo volta-se para os vários desafios, tensões e paradoxos que perpassam os cursos de licenciatura e a formação para a docência na Educação Básica.

***Consideramos a senhora uma professora-pesquisadora que é referência nos estudos a respeito da formação docente no Brasil, especialmente a formação inicial nos cursos de licenciatura. É, sem dúvida, uma das maiores conhecedoras do repertório da área da história da formação docente no Brasil. Neste sentido, é, hoje, uma voz fundamental no/para o debate acerca das licenciaturas e a formação para a docência na educação básica, seus desafios, tensões e paradoxos. No decurso de sua história na Educação tem percebido mudanças nos cursos de licenciatura? Há avanços ou não? Se sim, de que natureza?**

*R: Quero agradecer, em primeiro lugar, a possibilidade de poder tratar dos desafios para a formação de professores em nosso país, principalmente no contexto das reformas que vem sendo implementadas desde o golpe de 2016, que compõem um cenário de destruição e desmonte de políticas de formação duramente construídas nos últimos 30 anos. Minhas contribuições para este debate se referenciam na produção e proposições do movimento e da luta em defesa de uma política nacional de formação e valorização do magistério surgido no início da década de 80 e posteriormente, em 91, se transforma na ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Avalio que os dilemas dos cursos de licenciaturas no que tange a **organização curricular** e a articulação entre as unidades acadêmicas responsáveis pelos componentes específicos - conhecimentos das áreas específicas e os conhecimentos do campo da educação e das teorias pedagógicas -, ainda permanecem latentes. Apesar das DCN de 2002 haverem instituído os cursos de licenciaturas como cursos*

próprios, ainda não superamos o tradicional 3+1 na imensa maioria de nossas IES. As múltiplas razões para a permanência destas tensões até este momento devem ser examinadas por aqueles que se envolvem com a formação dos jovens estudantes que aspiram a carreira do magistério. Sem pretender simplificar os problemas existentes que são múltiplos, indico as determinações orçamentárias que vinculam os sempre escassos recursos financeiros ao número de alunos sob sua responsabilidade e as amarras acadêmicas existentes no âmbito da avaliação da pós-graduação, pela CAPES, que não atribui valor significativo a totalidade do trabalho universitário dos docentes, especialmente em seus vínculos com a formação dos estudantes e com as escolas públicas de educação básica. Mas, a pergunta que historicamente nos fazemos quando nos propomos a debater a formação de professores, não é quais disciplinas/áreas/componentes curriculares são possíveis de serem incorporados aos percursos formativos dos futuros professores. A pergunta que nos fazemos e devemos nos fazer é que futuro queremos construir para nosso povo, colocando em questão as atuais finalidades da educação e a função social da escola com as marcas do capitalismo, que desenha uma pedagogia capitalista. É esta a questão que orienta as questões da entrevista que me são demandadas.

***Como professores formadores e pesquisadores sabemos, quase intuitivamente, que uma boa formação para a docência nos cursos de licenciatura é aquela que permite aos estudantes desenvolverem um sentido de pertença à formação e à profissão docente. Sabemos também que não há melhorias na Educação Básica sem bons professores. Assim, preocupa-nos em compreender: será que conseguiremos formar bons professores nos cursos de licenciatura sem uma articulação com as redes de ensino? O que podemos fazer para melhorar a articulação da formação docente nas licenciaturas com as escolas de educação básica?**

R: *Sem vínculos formais e articulação orgânica das universidades e seus professores com as escolas de educação básica não podemos falar de projeto institucional de formação dos quadros do magistério. Estas questões estão postas desde meados da década de 70, ainda na ditadura, quanto o movimento dos educadores trava a discussão sobre o caráter da formação dos educadores, adotando uma concepção sócio-histórica de formação, de caráter emancipador e comprometido com a transformação radical da sociedade na superação da atual forma de organização social. Assim o movimento reafirma seu entendimento do educador como profissional que domina determinado conteúdo técnico, científico e pedagógico que traduz o compromisso ético e político com os interesses da maioria da população brasileira; é capaz de perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere, assumindo, assim, seu compromisso histórico. E enfatiza os princípios de que **teoria e a prática devem ser consideradas o núcleo integrador da formação do educador, posto que devem ser trabalhadas de forma a constituírem unidade indissociável, sem perder de vista o contexto social brasileiro.** Vemos, portanto, que as respostas para elevar a formação de professores a um patamar superior do existente, já estão postas há quase meio século, e não dependem de novas descobertas, mas de compreendermos seus aspectos estruturantes. Elas são determinadas, em cada época histórica, pelas necessidades postas pelo capitalismo que em suas crises cíclicas – agora não mais conjuntural, mas estrutural- necessita recuperar, pela exploração do trabalho humano sua queda tendencial da taxa de lucros principalmente com a introdução de novas tecnologias que demandam a formação de um outro trabalhador. Somos nós os educadores que nesses contextos, nos contrapomos a esse projeto, disputando as ideias e proposições mais avançadas no âmbito das políticas de formação e valorização profissional. A preocupação em relação aos vínculos **IES-Educação Básica** e ao aprofundamento dos vínculos com as escolas, principalmente mediados pelos momentos das práticas e estágios em*

unidade com os componentes teóricos dos fundamentos da educação e da teoria pedagógica, também foi debatida neste nosso XX Encontro Nacional. É nosso entendimento que a temática dos estágios e das práticas de ensino e seu papel na construção da unidade entre teoria e prática nos cursos de licenciaturas, é central na discussão das revisões e reformulações curriculares dos cursos. Entretanto, mesmo estando, nas últimas décadas, na pauta dos encontros nacionais da Anfope, assim como nos ENDIPES e Encontro Nacional das Licenciaturas, os estágios e as práticas de ensino ainda são uma questão não devidamente equacionada pelas instituições formadoras. A criação de **programas focalizados e destinados a poucos** – como o PIBID e a Residência Pedagógica, e agora estreitamente alinhados com a BNCC – tirou de foco nos últimos anos, o debate sobre os estágios e as práticas de ensino que se vincula a um dos princípios da **base comum nacional** que é muito caro a Anfope: a busca de unidade entre teoria e prática nos cursos de formação. (Anfope, 2021, pág.50) Retomá-la é, portanto, tarefa urgente se queremos estender as experiências exitosas a todos e cada um dos estudantes de todas as licenciaturas em nossas universidades. Outra questão profundamente ligada a esta e sobre a qual teremos que nos debruçar de forma urgente é a eterna questão da **formação dos formadores**: como se formam nossos professores dos cursos de licenciaturas, especialmente as licenciaturas específicas em seus vínculos com os bacharelados? Como as experiências PIBID e Residência Pedagógica contribuem com esta formação? Como as estendemos para todos os professores, estabelecendo projetos com as escolas públicas de educação básica de forma estruturante e orgânica, parte intrínseca da formação? Vamos continuar reforçando a formação exclusivamente nos cursos de mestrado profissional vinculados exclusivamente à formação nas áreas de conhecimento, desgarrados da discussão das finalidades da educação básica e dos fundamentos da educação e das ciências pedagógicas tal como sucede desde 2002, com a passagem, pela CAPES, de cursos das áreas de ensino de/para outras que não a área da Educação? Ou, ao contrário, os professores das áreas específicas articulados em suas unidades/departamentos se mobilizarão para

construir, em conjunto e de forma organicamente articulada com as faculdades/centros/departamentos de educação, propostas de formação que respondam aos desafios da educação pública como direito social e da educação básica como espaço de formação dos novos sujeitos críticos e comprometidos com um processo de transformação radical de nossa sociedade? Retomar a discussão, portanto, das finalidades da educação e da função social da escola no capitalismo para contrapor propostas e projetos inovadores e mais avançados do ponto de vista científico, acadêmico e político é responsabilidade inadiável no contexto de mudanças profundas que se fazem necessárias no âmbito das políticas públicas a serem retomadas e reconstruídas nos próximos anos. Já temos suficiente acúmulo de experiências de organização da formação em institutos próprios que congregam as licenciaturas existentes na instituição, especialmente nas IES criadas no âmbito do Reuni mas não só, temos experiências de licenciaturas interdisciplinares e integradas, e temos as experiências das Licenciaturas em Educação do Campo e também da concepção de escola e sua forma de organização em movimentos como o MST que põem em xeque a forma atual de organização escolar, que tem que ser superada e a ela contrapostas outras proposições que alterem as bases da educação escolar.

***Deparamo-nos, sobretudo no Brasil, com diferentes desafios, movimentos, discursos e práticas que buscam, de reiteradas formas, apequenar os cursos de licenciatura, ou, quem sabe, até inviabilizar, uma formação nesses cursos para a docência na Educação Básica e, fundamentalmente, crítica e comprometida com a transformação social e política. Ao longo dos tempos essas questões vêm alargando-se. Assim, a interrogamos sobre qual a posição a tomar perante esse cenário.**

R: *Nesta questão cabe recuperarmos a concepção de base comum nacional construída pela Anfope desde 83, e reafirmada nos Encontros Nacionais que se realizam a cada 2 anos. No documento Final do XX Encontro Nacional, realizado neste ano de 2021, reafirmamos mais uma vez os princípios fundamentais que*

nos orientam ao longo destes 42 anos. Um princípio fundamental do movimento é a defesa intransigente de que a formação de professores se realize em nível superior em Universidades Públicas, únicas instituições que garantem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão essenciais para o avanço científico no campo da educação, e hoje em risco diante da ameaça de privatização do ensino superior público. É preciso destacar, que a concepção de **base comum nacional**, construída historicamente pelos educadores, representa a ruptura com a ideia de currículo mínimo que predominou, e ainda predomina, na organização dos cursos de graduação. Ao mesmo tempo, essa concepção contribui para a definição de eixos norteadores para a organização do percurso de formação, reafirmando-se a necessidade de se ter a práxis docente como referência na formação de todo e qualquer professor. O conceito de **base comum nacional** está marcado por dois sentidos complementares: (i) um **sentido teórico**, por constituir-se como um conjunto de princípios orientadores dos percursos formativos e currículos dos cursos de formação dos educadores e (ii) um **sentido político**, na medida em que o conjunto de princípios da **base comum nacional** tem por objetivo servir de “instrumento de luta e resistência contra a degradação da profissão do magistério, permitindo a organização e reivindicação de políticas de profissionalização que garantam a igualdade de condições de formação” e a valorização social do educador (ANFOPE, 2000, p. 9). Vinculado a esse objetivo está, ainda, o de que a base comum nacional oferece as condições para a formação unitária de todos os professores, unificando a profissão. Neste particular, destacamos os princípios da base comum nacional, fundada em uma concepção sócio-histórica de formação do educador, e orientadores das proposições curriculares no campo da formação dos profissionais da educação: 1. **sólida formação teórica e interdisciplinar** sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional. Esta questão é fundamental nos desenhos curriculares. Não são todas as teorias que nos auxiliam a

compreender os determinantes históricos, sociais, econômicos que afetam a educação e a formação dos jovens e crianças de nosso país. As concepções que negam a teoria e as meta narrativas - o futuro superador do capitalismo como possibilidade histórica - não contribuem de forma significativa para uma concepção radicalmente transformadora das relações sociais vigentes e garantir a presença de concepções que valorizam a compreensão científica dos fenômenos sociais fundamentais no presente momento histórico de crise estrutural global do capitalismo, para vislumbrarmos sua superação; 2. **unidade teoria-prática** atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados; 3. **trabalho coletivo e interdisciplinar** como eixo norteador do trabalho docente; 4. **compromisso social, político e ético do educador**, com ênfase na concepção sócio-histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais; 5. **gestão democrática** entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar; 6. **a formação inicial e a formação continuada** têm que ser entendidas como um “processo permanente”, em que se articulem as instituições de educação básica e superior, o que requer um debate aprofundado no âmbito do planejamento da política nacional de formação de profissionais de educação básica **visando ao aprimoramento profissional** aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola. Entendemos ainda que a **avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação**, deve ser entendida como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político pedagógico de cada curso/instituição. É importante reafirmar que tais princípios orientadores de processos de formulação e revisão curricular constituem-se nosso instrumento privilegiado e prioritário de resistência à degradação e desqualificação profissional que as políticas neoliberais em processos cíclicos que acompanham as crises do capitalismo, tentam nos impor.

***Temos acompanhado, muitas vezes, uma baixa procura dos cursos de licenciatura pelos estudantes e, por consequência, certa desvalorização desses cursos pela sociedade, de modo geral. Assim como o aligeiramento da formação para a docência, a concentração, muitas vezes, dessa formação sob a tutela de instituições que, nem sempre, estão do lado da qualidade da formação docente. É comum, também, percebermos as condições desfavoráveis a que são submetidos milhares de estudantes das licenciaturas, no tocante às condições para permanência e êxito no processo de profissionalização docente. Por outro lado, percebemos também que há um desinteresse, muitas vezes, por parte das Instituições de Ensino Superior pelas licenciaturas. Neste contexto, perguntamos-lhe: Quais caminhos podemos construir visando superar o desinteresse dos estudantes que concluem o Ensino Médio pelos cursos de licenciatura e também das Instituições de Educação Superior Brasileiras?**

R: *Somente lograremos superar as atuais condições que se arrastam desde a luta dos pioneiros de forma mais ou menos intensa em cada época, com a definição clara de uma **política nacional de formação e valorização dos educadores** para atuação na educação básica. A (re)formulação desta política - construída no período de 2003 a 2015 e duramente atingida e destruída pelo golpe de 2016 - implica em estabelecer instrumentos estruturantes de valorização da formação inicial com apoio integral aos jovens oriundos do ensino médio que almejam a carreira do magistério, intensificando a possibilidade de acesso daqueles jovens que frequentaram a escola pública, criada pela política de cotas. Essa acertada política que permite o acesso dos jovens filhos e filhas das classes trabalhadoras às universidades traz uma nova qualidade social às instituições públicas e seus cursos de formação de professores. Para materializar a luta pela formação elevada em universidades públicas é urgente, ao mesmo tempo, retomar os investimentos para a expansão e criação de novas universidades públicas, principalmente para barrar o crescimento exponencial dos cursos privados e a distância, realizados em*

faculdades isoladas sem a pesquisa, com professores horistas que vigoram em nosso país. Não é suficiente, entretanto, criar as possibilidades de acesso, mas potencializar as condições necessárias para que estes jovens estudantes permaneçam em formação. Faz-se necessário, portanto, elevar a qualidade da formação oferecida, forjando ampliação de todas as dimensões da formação humana, cognitiva, estética, cultural, corporal, artística e política e aprofundando os vínculos institucionais dos estudantes e professores dos cursos de licenciaturas com as escolas públicas de educação básica. Tal concepção exige que examinemos os currículos à luz destes referenciais de formação humana, que é justamente onde o capitalismo disputa suas ideias na formação da juventude. Juntamente com estas dimensões da expansão e da elevação da qualidade da educação superior pública, teremos que rever - esperamos que em futuro bastante próximo pela derrota no campo político -, o adequado financiamento da educação superior pública e a implementação de formas democráticas de gestão dos processos formativos, de forma a assumirmos no interior das instituições formadoras a defesa da autonomia didática, científica e administrativa frente aos processos de revisão e construção curricular, levadas a efeito pelos Conselhos Acadêmicos e instâncias coletivas responsáveis pelo ensino, a pesquisa e a extensão.

***Vivenciamos no final de 2020 disputas em torno da definição de uma Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica. Trata-se da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Sobre a BNC, identificamos uma ênfase no desenvolvimento de competências como o principal objetivo a ser alcançado nas licenciaturas. Com isso, outro dilema se atesta: superar na organização e desenvolvimento do currículo dos cursos de licenciatura (em cada instituição) a formação centrada na racionalidade técnica, associada à lógica do sistema social capitalista. Na condição de professores**

formadores em cursos de licenciatura, qual a posição a tomar perante a ‘asfixia’ de uma formação docente em uma perspectiva sócio histórica, emancipadora e inclusiva, considerando a BNC? Quais implicações a BNC poderá apresentar no que diz respeito ao currículo dos cursos de licenciatura?

R: *O que vimos reafirmando neste processo de análise e discussão da BNC da Formação Inicial de 2019 e da BNC da Formação Continuada de 2020 é a necessidade de uma resistência propositiva, como afirma o Documento Final de nosso XX Encontro Nacional deste ano de 2021. Resistência que combina a **defesa intransigente dos princípios da base comum nacional da ANFOPE e as proposições construídas ampla e democraticamente no processo que antecedeu a aprovação das DCN de 2015**, revogadas pelo CNE recomposto com as forças neoliberais e conservadoras, empresariais em 2017. Revogadas de forma autoritária, antidemocrática e apressada em 2019 com a BNC da Formação Inicial, e sem qualquer consulta à área e às entidades do campo da formação de professores, o Conselho Nacional de Educação decidiu, em fevereiro de 2020, criar Comissão Bicameral para **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia**. No entendimento da ANFOPE (Anfope, 2021 pag. 47) , as DCN da formação inicial e continuada e suas respectivas BNC da Formação, expressam a materialização da reforma empresarial no campo da formação de professores e têm como objetivo a padronização curricular com vistas a aumentar o controle político e ideológico sobre o que se ensina e como se ensina na escola de educação básica e avaliar professores e estudantes em exames nacionais censitários; redirecionar os currículos dos cursos de formação de professores nas instituições de ensino superior, avaliar estudantes através do ENADE - Exame Nacional de Cursos – creditar cursos – inclusive de pós-graduação - e autorizar as instituições sintonizadas com a BNC da Formação e, portanto com a BNCC, aprofundando a interferência no trabalho docente universitário e o controle político e ideológico sobre o magistério da educação básica. Todas estas iniciativas compõem um*

círculo vicioso que visa padronizar para avaliar e punir ou premiar escolas, gestores e professores – através de exames nacionais de avaliação dos professores da Educação Básica, avaliação dos estudantes de licenciaturas via ENADE e das instituições formadoras cujo credenciamento e autorização demandará, inclusive dos cursos de pós-graduação destinados a professores da educação básica, a concepção de “coerência sistêmica”, em estreita sintonia com a BNCC e a BNC-Formação. Com isso, aprofundam os processos de avaliação, responsabilização, privatização e mercantilização da educação, com destaque especial para o afastamento das IES públicas dos processos de formação continuada dos profissionais da educação básica via entrega da formação continuada preferencialmente a Organizações Sociais e fundações empresariais, conforme formalizada na Resolução CNE/CP n. 01.2020 que institui a BNC-Formação Continuada. Por último, a retomada da proposição já negada e superada pelas lutas pós-LDB, de “criação de institutos/unidades integradas nas universidades de forma a congregar os espaços de formação docente”, desconsiderando o papel e as responsabilidades das Faculdades de Educação em sua articulação com todas as licenciaturas na construção do projeto institucional de formação dos profissionais da educação. No que tange aos cursos de Pedagogia, a Resolução CNE/CP n. 2/2019 institui dois percursos diferenciados para a formação dos professores de educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental - denominados professores multidisciplinares -, a exigência de elevação da carga horária em mais 400 horas, para a formação no campo da gestão escolar para estes profissionais, sendo que para os licenciandos retira a formação no âmbito da gestão tal como previsto pela Res. 02.2015. Estas determinações atingem duramente a autonomia didática, pedagógica e científica das instituições formadoras e especialmente das Faculdades de Educação, ao interferirem na definição de seus cursos e projetos curriculares. No âmbito das licenciaturas específicas, as alterações certamente ainda virão, com a revisão das diretrizes específicas dos cursos de bacharelado que contemplam em seu interior as licenciaturas. Há, ainda, um conjunto de iniciativas que compõem a atual política nacional de

formação de professores formulada em 2018 pelo MEC: a) criação de **Instituto Nacional de Acreditação e Formação de Profissionais da Educação Básica** com vistas acreditar os cursos de formação sintonizados com as diretrizes e a Base Nacional Comum da Formação; b) **Alterações na carreira docente** – estabelecendo parâmetros para progressão vinculada às competências docentes e à formação continuada. Os **Referenciais de Formação para Gestores** tal como anunciados, foi aprovado em 12 de maio deste ano pelo CNE, em processo acelerado – apresentado pelo MEC em novembro de 2020 – consubstanciado na Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, separado, portanto, da discussão e revisão das DCN do Curso de Pedagogia cujas linhas gerais foram apresentadas via power point em reunião de 10 de fevereiro deste ano às entidades acadêmicas e científicas da área. A luta está apenas se iniciando.

***Na história da formação inicial de professores no Brasil temos visto, conforme destaca a Associação Nacional dos Profissionais da Educação Básica (ANFOPE), basicamente dois modelos de formação. O primeiro enfatiza currículos para as licenciaturas a serviço do projeto social capitalista. Muitos documentos normativos, a exemplo da BNC-Formação de 2019, estão coligados a esse modelo. O segundo, construído no bojo das organizações sociais coletivas, enfatiza a dimensão da profissionalização docente. Acreditamos que as pesquisas sobre a formação docente têm um papel fundamental nesse contexto. Desse modo, qual o impacto das investigações sobre as licenciaturas para a superação do modelo de formação docente centrado no projeto social capitalista? De que modo é possível pensarmos em um modelo de formação docente que priorize, em verdade, a profissionalização do professor?**

R: *Penso que já respondi a esta questão em outras partes, especialmente quando me refiro aos princípios da base comum nacional da ANFOPE. Reafirmo*

aqui nosso posicionamento frente a estas políticas evidenciando um campo de disputas e a necessidade de um processo autônomo e independente de avaliação/revisão/e reformulação dos processos formativos e dos currículos, sem considerar as DCN como camisa de força para orientar estes processos plurais, amplos e democráticos. As políticas atuais de formação de professores privilegiam o aligeiramento e rebaixamento da formação em cursos de menor carga horária em relação àquelas profissões mais valorizadas socialmente; privilegiam a formação descomprometida com a pesquisa, a investigação e a sólida formação teórica e multidisciplinar principalmente com o crescimento desordenado das licenciaturas no ensino superior privado; privilegiam processos de avaliação de desempenho e de competências vinculadas ao saber fazer e ao como fazer ao invés de processos que tomam o campo da educação em sua totalidade, com seu status epistemológico próprio, retirando a formação de professores do campo da elaboração e reflexão teórica sobre a práxis, para o campo exclusivo da prática imediata e do praticismo. Observamos um processo de conformação de uma política de formação de professores que tem na certificação de competências e na avaliação, sua centralidade. É preciso que recoloquemos em questão as finalidades e objetivos da educação, construções históricas dos educadores que orientam a luta pela formação de qualidade referenciada nas demandas formativas das classes trabalhadoras. (Anfope, 2021, pág. 47) Os desafios colocados pela realidade, neste próximo período, nos obrigam a retomar as discussões sobre os fins da educação e a função social da escola trazendo à tona a questão dos projetos históricos e de futuro que queremos construir desde hoje para nosso povo, lidando com as contradições próprias dos processos educativos, que incluem a discussão sobre os conteúdos da formação e conteúdos escolares, superando a concepção de instrução presente nas políticas atuais. Somente essas interrogações podem nos dar o norte seguro para pensar a formação dos profissionais da educação necessário para lidar com a concepção mais avançada de preparação das novas gerações para construir uma nova vida, uma nova humanidade.

***Se nos dias atuais, a pandemia da Covid-19 impôs mudanças bruscas à realidade escolar, assim como a exigência de mudanças na formação dos estudantes na Educação Básica, será que os cursos de licenciatura, na sua organização, não terão também que mudar? Como podemos preparar os futuros professores para lidar com os desafios que as escolas de Educação Básica estão a lidar na atualidade?**

R: *Certamente, o pós-pandemia que se materializa e se constrói desde o início da pandemia de COVID-19, exigirá alterações profundas no âmbito das licenciaturas, na formação de professores e ainda na própria organização das IES, considerando as recentes portarias que estabelecem comissões para estudos sobre expansão do processo de digitalização nas IES e de expansão da EAD nas IES públicas. Neste processo atual de nosso país e diante do descaso com que vem sendo tratada a questão educacional no que tange o acesso aos instrumentos que viabilizariam o acompanhamento remoto dos processos de vivência, desenvolvimento e aprendizagem de todos os estudantes nos limites colocados pela pandemia, temos que denunciar constantemente os riscos e comprometimentos da desigualdade social que em um círculo vicioso, acentua a educação que aprofunda ainda mais desigualdade social. Por outro lado, as condições de formação continuada dos professores da educação básica também foram precarizadas, pois submetidas à lógica das plataformas educacionais e dos materiais prontos que limitam sua autonomia frente a seu trabalho, conformando-o exclusivamente à BNCC. A resistência dos professores neste período está sendo firme e constante, direcionando seus esforços para outras dimensões da formação necessária neste quadro. Para isso, o apoio das Universidades, dos professores das licenciaturas e de todos os estudantes, é fundamental, seja através das práticas e estágios nas condições atuais do trabalho docente na educação básica, seja nos programas PIBID e Residência Pedagógica. São estas aproximações que permitirão, no pós-pandemia, identificar-se com outros projetos pedagógicos construídos em um quadro*

perverso de aprofundamento da desigualdade já existente, escancarada com a pandemia.

***Ainda sobre o contexto da pandemia da covid-19, dentre outras questões que também nos colocamos, destacamos: Como pensa a formação dos professores pós-contexto de pandemia da Covid-19? Os currículos dos cursos de licenciatura necessitarão ser repensados? Quais os principais desafios à formação docente pós-contexto de pandemia da covid-19?**

R: *Como afirmamos em nosso documento final, o **quadro do pós-pandemia**, anuncia o risco de desqualificação do trabalho docente, na medida em que a utilização de programas autoinstrutivos em grandes plataformas demanda compreensão sobre os processos de trabalho incorporados às plataformas. A luta pelo uso das tecnologias em uma perspectiva democrática e igualitária, exige contraditoriamente que elevemos a importância da atuação do professor e do trabalho docente fundado em relações intersubjetivas entre professores e estudantes, entre estudantes e entre professores, em uma perspectiva crítica de formação humana multilateral, que não tem como ser incorporada às tecnologias sem prejuízos para formação das crianças e jovens e para a formação dos professores que defendemos.*

Nessa perspectiva, o prognóstico que ousamos fazer prevê um acirramento na disputa de ideias, de projetos antagônicos de sociedade, estado, educação e formação de professores. O que está em curso, com todas estas políticas que se impuseram a partir do golpe de 2016 é a redução do papel do Estado e o estabelecimento das reformas neoliberais no âmbito do trabalho, da previdência, da extinção dos serviços públicos e das políticas sociais levadas a efeito pelo Estado para de certa forma equalizar as condições de vida, saúde, trabalho e renda em nosso país. Cabe a nós, educadores, articulados aos movimentos sociais, e a todos os setores comprometidos com um país que retome seu desenvolvimento e crescimento voltados para a imensa maioria de

nosso povo e da garantia do trabalho, renda e direitos sociais, lutarmos por este projeto. Do lado oposto está a barbárie, a destruição do meio ambiente, o aprofundamento da desigualdade, da miséria e a fome. As contradições geradas por esta situação é que nos dão a expectativa de seu enfrentamento e superação par a construção de uma nova humanidade.

** Em tempo, aproveitamos a oportunidade para agradecer, imensamente, a profa. Helena de Freitas por toda atenção e disponibilidade para o diálogo e a parceria. Suas considerações reúnem pistas pertinentes e enriquecedoras para a formação de professores. Publicar esta entrevista também significa manter acesa a chama da esperança nesse contexto tão difícil para todos/as nós. Afinal de contas, esse diálogo também é portador de esperança e força para os combates que se fazem necessários no campo da formação/profissão docente. Sobretudo porque não podemos cruzar os braços, precisamos continuar persistentemente a lutar por um mundo mais justo, mais fraterno e mais solidário.*

Profa. Helena de Freitas, obrigado.